

A concepção virginal em questão

Neste breve estudo, não pretendemos pròpriamente o encontro de novidades, mas apenas uma visão global e informação objectiva da problemática actual sobre a concepção de Cristo.

Não pode deixar de constatar-se que, hoje em dia, já não é apenas o conceito de virgindade no parto que se discute¹, mas a própria virgindade de Maria ao conceber Jesus ou seja a virgindade «ante partum», segundo a terminologia clássica². Aqui falamos apenas desta. De facto é posta em questão não só entre protestantes mas até nalguns meios católicos. Para além de certos pressupostos racionalistas, de sua natureza adversos à possibilidade do milagre, são os mesmos princípios de metodologia hermenêutica que fazem abalar o testemunho neotestamentário e bem assim o que vem da tradição e magistério da Igreja.

Convém entretanto afirmar-se desde já que a questão aparece com certa agudeza apenas em tempos muito recentes, pois não há

¹ De facto alguns mariólogos modernos têm discutido o significado e conteúdo da expressão «virgindade no parto», situando uns a virgindade apenas na vontade e insistindo outros na integridade corporal, mais num plano fisiológico e anatómico. Entre os autores que têm tratado deste assunto, referem-se os seguintes: A. MITTERER, *Dogma und Biologie der heiligen Familie*, Wien, 1952, 98-130; IDEM, *Marias whare Jungfrau und Mutterschaft in der Geburt*, in «Theologische praktisch Quartalschrift» 108 (1960), 188-193; C. E. L. HENRY, *A Doctor consider the Birth of Jesus*, in «Homelitic and Pastoral Review» 54 (1953), 219-233; J. GALOT, *La virginité de Marie et la naissance de Jésus*, in «Nouv. Rev. Théol.», 82 (1960), 449-469; K. RAHNER, *Virginitas in partu*, in «Schriften zur Theologie», IV, 173-205; IDEM, *Theological Reflections* 4, Baltimore, 1966, 134-162; R. LAURENTIN, *La virginité dans l'enfantement*, in «Court traité sur la Vierge Marie», Paris, 1967, 177-181; IDEM, *Sens et historicité de la conception virginal*, in «Studia Mediaevalia et Mariologica», Roma, 1971, 515-542; J. AUDESSEAU, *La vierge et l'état de virginité*, in «Cahiers Marials» 72 (1970), 81-100; J. H. NICOLAS, *Vierge jusque dans l'enfantement*, in «Ephemerides Mariologicae» 21 (1971), 377-382; L. CIAPPI, *La virginità perpetua di Maria nel Magistero degli ultimi papi: Pio IX-Paolo VI*, ibidem, 383-398.

² A tríplice distinção da virgindade de Maria: «ante partum», «in partu» e «post partum» vem pelo menos do séc. IV. Pode ver-se já em Zenão de Verona (cerca de 370), *Tractatus* 1, 5 e 2, 8: PL 11, 303 e 414-15. Entrou depois, definitivamente, na linguagem corrente da Mariologia.

dúvida de que a concepção virginal foi habitualmente aceite não só pelos católicos mas também pelo protestantismo em geral nos séculos 16, 17 e 18. Começou a encontrar dificuldades a partir do século 19 e hoje o cepticismo, a dúvida ou a negação predominam no protestantismo. Poderá mesmo dizer-se que é um tema liquidado para os jovens protestantes, como pensam alguns autores que estudam expressamente o assunto³.

Embora os seus teólogos usem de processos pessoais de exposição e tenham por ventura argumentos peculiares, podemos distinguir como ideia predominante, em que geralmente insistem, a seguinte: foi uma cristologia já evoluída e de fase avançada que ocasionou a explicação milagrosa da concepção de Cristo. A concepção virginal resultou duma preocupação existente em certa fase da comunidade primitiva de exaltar Jesus como Deus, a partir do seu nascimento. Tal preocupação apologética explica a linguagem dos relatos evangélicos, que hão-de entender-se como poesia e não como história. Já Bultmann observava que a ideia de «Filho de Deus» era desconhecida da primitiva comunidade e que a sua filiação duma virgem é ignorada por S. Paulo. Foi uma maneira de enquadrar Jesus dentro de certas ideias teológicas⁴.

Embora com modalidades diversas, Walter Delius encontra-se em posição semelhante, ao defender que só numa fase avançada da cristologia se falou da concepção virginal e se lhe arranjou um certo revestimento literário a-histórico⁵.

É nestes princípios duma cristologia que evoluiu e criou uma mariologia sem grande conteúdo que Obermann propõe que a expressão «Virgem Maria» não é mais do que uma afirmação equivalente à de Calcedónia: «verdadeiramente homem e verdadeiramente Deus». A concepção virginal não pertence portanto ao *kerygma* primitivo, mas é antes a maneira de o apresentar. Um

³ J. M. ALONSO, *Cuestiones actuales: la concepción virginal, I: En los autores protestantes*, in «Ephemerides Mariologicae» 21 (1971), 63-109. O autor analisa o pensamento de 16 teólogos e exegetas protestantes e tem de reconhecer a posição negativa do protestantismo a respeito desta doutrina; *cfr.* especialmente p. 64-66. Não destoam muito destas conclusões as que nos dá RAYMOND E. BROWN, em *The problem of the virginal conception of Jesus*, «Theological Studies» 33 (1972), 3-34.

⁴ R. BULTMANN, *Theologie des Neuen Testaments*, Tübingen, ed. de 1965, 52-53. As ideias que aparecem neste livro, que é síntese da sua teologia, já se encontram nas suas obras precedentes: *Die Geschichte der synoptischen Tradition*, 1921; *Jesus*, 1926; *Die Christologie des NT*, 1933.

⁵ WALTER DELIUS, *Geschichte der Marienverehrung*, München, 1963, especialmente pp. 13-30.

modo prático e eficiente de dizer que Jesus era Deus consistiu em falar da sua concepção virginal⁶.

Alguns autores, motivados pelos conhecidos métodos da «história das formas» e da «história da redacção», preocupam-se em estabelecer estratos diversos na elaboração de tal doutrina e procuram alguns antecedentes, desde as rebuscadas semelhanças com nascimentos de heróis extra-bíblicos (tendência que deve considerar-se já bastante ultrapassada⁷) até às suas ligações com figuras e vaticínios do Antigo Testamento. Assim, Conzelmann, cujos méritos de exegeta são bem conhecidos, demora-se a distinguir várias fases evolutivas nesta doutrina da concepção virginal, insistindo na ideia já apontada de que é resultante da cristologia⁸.

Boslooper, admitindo que foi a comunidade primitiva que sentiu a necessidade de ver Deus em Jesus, descreve a origem e formulação de tal doutrina como um desejo de «popularizar» a cristologia de Paulo e de João, excessivamente erudita para os simples fiéis. É a essa preocupação que se ficam devendo os relatos «míticos» do 1.º e 3.º Evangelho⁹. Um outro exemplo expressivo de contestação é o de P. Tillich, situado entretanto numa linha de pensamento diferente. Ensina que os «símbolos cristãos» devem ser entendidos na situação existencial dos homens e a «virgem Maria» já não diz nada hoje. Realçando os aspectos simbólicos (ele prefere «simbólicos» a «teológicos») abandona os fácticos. Para ele são mitos com a força de símbolos¹⁰.

Saindo do campo protestante, verificamos que, nos últimos anos, a concepção virginal aparece também como objecto de certa desconfiança para alguns teólogos e exegetas católicos. O facto é certamente bastante estranho por se tratar de doutrina tradicionalmente considerada como «dogma», ao que se supunha bem comprovado pela Escritura e pelo Magistério da Igreja. É especialmente por este aspecto dogmático que o problema se reveste de características muito peculiares entre os católicos.

⁶ H. OBERMANN, *The Virgin Mary in Evangelical perspectives*, in «Journal of Ecumenical Studies» 1 (1964), 271-298.

⁷ Já em 1959, S. MUÑOZ IGLESIAS podia realmente afirmar que a corrente que procurava antecedentes destes motivos nas literaturas extra-bíblicas estava «em grande parte superada». Cfr. *El Evangelio de la infancia en S. Mateo*, in «Sacra Págin» II, Paris, 1959, 121-149; concretamente p. 121.

⁸ H. CONZELMANN, *Jesus Christus*, em «Die Religion in Geschichte und Gegenwart» III, 1959, 619-653. O autor expõe estas mesmas ideias em *Grundriss der Theologie des Neuen Testaments*, München, 1967. Existe desta obra tradução francesa: «Théologie du Nouveau Testament», Paris, 1969.

⁹ T. BOSLOOPER, *The Virgin Birth*, London, 1962, concretamente p. 233.

¹⁰ P. TILICH, *Sistematic Theologie*, Vol. I, 1951, 128; Vol. II, 1957, 160.

A primeira expressão pública de crise, a ultrapassar um simples autor, pode notar-se no *Novo Catecismo Holandês*. É certo que não se nega ali a concepção virginal, mas o silêncio a tal respeito é bem intencional, como se verificou principalmente pela discussão que daí surgiu¹¹. Observe-se ainda como foi bem significativa a harmonia a tal respeito entre teólogos e bispos holandeses¹².

Schoonenberg é certamente um dos teólogos responsáveis pelo Catecismo e a sua posição acerca do problema que nos ocupa não deixa dúvidas. De facto, ele critica o argumento bíblico e o da tradição. Nos relatos de Mt e de Lc, vê sobretudo poesia, não podendo demonstrar-se por aí a historicidade da concepção virginal e, na tradição post-bíblica, reconhece que interferiram certos pressupostos que, pelo menos, fazem duvidar da sua objectividade. Entre esses pressupostos, chama a atenção para uma ideia de concorrência entre o agir divino e o humano, para um falso conceito de pecado original e da sua propagação, como se estivesse mais ligada ao homem (varão) no acto da geração dos filhos, etc. Por falta de argumentos válidos, considera pois a questão em aberto. Acrescenta entretanto que a fé cristã não perderia com isso, pois a filiação divina de Cristo é conciliável com a cooperação física dum pai humano e Maria, que acreditou (Lc. 1, 41), continua a ser o tipo da comunidade dos crentes. Nestas perspectivas, os relatos de Mt. 1, 18-25 e o de Lc. 1, 26-38 manteriam o seu rico sentido cristológico¹³.

É evidente que levanta um grave problema crítico: será verdadeiramente de fé aquilo que se tem acreditado como tal? Schoo-

¹¹ Na edição francesa, sob a direcção de Charles Ehlinguer, Paris, 1968, a omissão de que nos ocupamos verifica-se nas páginas 106-107. De acordo com as observações que isso suscitou da parte de Roma, o *Catecismo* devia ser claro quanto à doutrina do nascimento virginal; cfr. *Acta Apostolicae Sedis* 60, 1968, 688. Surgiu por isso um suplemento que contém realmente uma interpolação entre a p. 106, linha 16 e p. 107, linha 2. A concepção virginal está certamente aí afirmada, mas a forma como se apresenta e o contexto literário em que surge, sugere-nos mais tratar-se de um «theologoumenon» do que de uma realidade histórica. Cfr. *Supplément, Les Grands points discutés du Catéchisme hollandais*, 22-24.

É de notar que já nessa altura a Holanda não era caso único. Recorde-se, por exemplo, o incidente ocorrido na Alemanha quase simultaneamente, a propósito da oposição que Peter Lengersfeld encontrou da parte da Hierarquia para ascender à cátedra de Teologia, pelo facto de defender que os argumentos bíblicos não permitem recusar a paternidade física de José

¹² Cfr. J. M. ALONSO, *Boletim de Mariologia. Cuestiones actuales, II: La concepción virginal entre católicos*, em «*Ephemerides Mariologicae*» 21 (1971), 257-302; especialmente 274-280.

¹³ O pensamento deste autor é apresentado com grande clareza em: *La concepción virginal de Jesús, historia o leyenda? Un diálogo teológico*, «*Ephemerides Mariologicae*», 21 (1971), 161-216. O artigo é assinado por J. M. ALONSO e P. SCHOONENBERG. O primeiro analisa a posição antiga e actual do teólogo holandês e o segundo responde, apoiando substancialmente a interpretação que foi dada ao seu pensamento.

nenberg não foge a essa questão e, embora reconheça que Maria tem sido chamada «sempre virgem», afirma que nunca se definiu isso com a «plenitude do poder», nem mesmo no Concílio Lateranense realizado em 649¹⁴. A palavra autoritativa da Igreja não pode ser a última, visto que alguns textos do magistério foram condicionados por circunstâncias estranhas. Pergunta mesmo, um pouco à maneira de P. Tillich, se a situação actual do povo de Deus não exigiria uma nova significação da virgindade¹⁵.

Podemos ler ainda em autores holandeses outras frases de teor mais ousado. Assim, Groendij, em palestra na televisão em 14 de Julho de 1966, situava os relatos evangélicos da concepção virginal no mesmo plano dos relatos do A. T. dos sete dias da criação e dos 3 jovens na fornalha ardente¹⁶.

J. van Kilsdonk, ainda antes do Catecismo Holandês, já havia chamado a atenção para o problema pela maneira estranha de falar, pois, no seu entender, a concepção virginal compreendida biologicamente constituía uma verdadeira dificuldade para a Cristologia, prejudicava a fé na Encarnação e não corresponde ao ensino da Sagrada Escritura. Atribuem-se a esse jesuíta, que então exercia a sua actividade de assistente dos jovens estudantes de Amsterdão, frases deste género: «se eu dissesse que duvido da concepção virginal de Jesus, da sua concepção no seio de sua mãe sem intervenção de um varão, diria demasiado pouco. Penso honradamente que uma interpretação biológica desta antiga narração sobre a concepção virginal fecha a passagem para uma verdadeira cristologia. Opino que uma tal interpretação biológica da encarnação de Deus não deve ser justa»¹⁷.

¹⁴ Entre os documentos do Magistério sobre o assunto recordam-se: a carta de Leão I ao bispo Flaviano, no ano 449, onde fala da concepção virginal, usando esta expressão: «ex utero virginis genito» (*Denz* 143); o referido Concílio de Latrão, ano 649, onde se diz que Maria concebeu «absque semine» (*Denz* 256). No XI Concílio de Toledo, ano 675, ensinou-se também: «nova autem nativitate est genitus, quia intacta virginitas et virilem coitum nescivit et foecundatam per Spiritum Sanctum» (*Den* 282). Em 1555, Paulo IV condenava o erro daqueles que afirmavam que Jesus fora concebido como os outros homens «...sed sicut ceteros homines ex semine Joseph» (*Denz* 993). Além destas, poderíamos referir ainda outras afirmações menos explícitas do Magistério. Apesar disso, mesmo tomadas em conjunto não terão valor provativo, como pensam vários autores, por não possuírem as características necessárias para se poder falar de «dogma». RAYMOND E. BROWN diz a propósito: «There are official Church statements pertaining to the bodily virginity of Mary, but none of them seems to meet the very requirements for a «de fide» exercise of the extraordinary magisterium», *Art. cit.* 11, nota 23.

¹⁵ J. M. ALONSO e P. SHCOONENBERG, *art. cit.*

¹⁶ A informação é dada em *Ephemerides Theol. Lovn.*, (1967), p. 367.

¹⁷ A frase é extraída da obra de J. GREISSEN, *Diagnose des Holländischen Katechismus. Über Struktur und Methode eines revolutionierenden Buches*, Herder, 1968, 70, nota 8.

Apesar das advertências que recebeu, e não apenas de Roma, manteve-se na sua posição, reiterando afirmações do mesmo género e insistindo em que tal doutrina nunca foi definida por um concílio, não sendo por isso um dogma no sentido técnico ou seja «hierárquico»¹⁸.

Dum recente trabalho de A. J. Brekelmans pode também concluir-se, em resumo, o seguinte: para ele, a concepção virginal de Jesus não é um facto histórico-biológico, mas um «mito». Inventado pela Igreja primitiva para traduzir uma experiência inefável, tem certamente um profundo sentido teológico dentro da cristologia, mas nada mais¹⁹.

Na Alemanha, merece especial relevo o trabalho crítico sobre o assunto realizado por Heinrich Döring. Nele se notam entretanto múltiplos elementos de procedências diversas, desde Heidegger a Tillich. Interroga-se não tanto sobre os dogmas em si mesmo, mas sobre a sua relação transcendental connosco. É neste princípio de raízes heidggerianas que parece assentar boa parte do seu estudo.

É entretanto mais sensível a dependência da «teoria dos símbolos» de Tillich, embora não aceite integralmente o pensamento desse autor. Conhecendo como Tillich afirma que a virgindade de Maria é um símbolo sem qualquer vigência no protestantismo e que deve ser abandonado, Döring pergunta se não poderia também, no seio da Igreja adquirir um modo de ser completamente novo²⁰. A sua resposta vai num sentido afirmativo, principalmente por estas razões: a exegese moderna deixa a questão em aberto e a própria situação do povo crente exigiria uma nova significação.

Parece que é sobretudo no aspecto da nova significação que convém deter-nos. É que, segundo este autor, houve elementos estranhos que interferiram na doutrina da concepção virginal. Recorda especificamente: uma depreciação do corpóreo e do sexual que contribuíram para exaltar o mistério do nascimento de Jesus; ao destacar-se a acção de Deus como pai, excluiu-se ou minimizou-se a acção humana; um certo cripto-monofisismo que fazia desaparecer

¹⁸ Kilsdonk havia exposto já o seu pensamento num jornal de Amsterdão em 3 de Dezembro de 1965. Chamado a Roma em Julho de 1966, manteve a sua posição e reafirmou-a numa entrevista pela rádio em 11 de Outubro desse mesmo ano, segundo informações colhidas por R. E. BROWN, *art. cit.*, p. 4, nota 3.

¹⁹ O pensamento deste autor é estudado por J. M. ALONSO com base em diversas obras. *Art. cit.*, 278-280.

²⁰ H. DÖRING, *Jungfrauengeburt in neuer Sicht?*, em «Jungfrauengeburt gestern und heute», Essen, 1969, 89-108, concretamente p. 96.

o humano em Cristo... Hoje, ao contrário, valoriza-se a humanidade de Jesus que parece ameaçada pela concepção virginal e sente-se prazer em pensar que o Salvador foi igual em tudo aos homens, excepto no pecado.

Döring recebe também de fora uma outra ideia que o ajuda na sua exposição: se o «teorético» depende do «experimental», ao mudar a experiência vital dos dogmas, estes também deveriam mudar de expressão e significado²¹. Ora, se a imagem de Jesus adquirida experimentalmente na tradição é que foi projectar-se no seu nascimento, parece que a nova imagem que se tem de Cristo nos nossos dias deveria, de modo semelhante, projectar-se nas suas origens. Diz mesmo que «não temos que pensar incondicionalmente na concepção virginal como um acontecimento físico para podermos acreditar que toda a sua vida foi divina²². O autor sente-se apoiado também nos exegetas contemporâneos, ao constatar que eles deixam a questão em suspenso.

Defendendo portanto uma nova significação desta doutrina e reconhecendo falta de certezas no argumento escriturístico, falta-lhe enfrentar a questão pelo aspecto dogmático. Também aqui a sua conclusão é deste teor: aquilo que se considerava parte constitutiva do dogma primitivo da Igreja não o é tão claramente. Notemos que, neste ponto, a sua posição é corroborada por vários teólogos modernos que defendem praticamente este ponto de vista expresso por Baum: o critério do «Sitz im Leben» para interpretar a Sagrada Escritura deve ser aplicado à hermenêutica do magistério²³. É a praxis conhecida de avaliar o grau de afirmação contida num texto que foi condicionado por circunstâncias ou pressupostos que não podem olvidar-se.

Apreciando em síntese o pensamento de Döring a respeito da concepção virginal, poderemos certamente afirmar que está entre aqueles que consideram tal doutrina como questão em aberto. Depois do seu estudo crítico, embora nem sempre homogêneo, a sua mente fica portanto em suspenso à espera de certezas.

Entre os autores que, apesar dum estudo crítico sobre o assunto, consideram também a questão em aberto, não pode deixar de

²¹ Estas ideias têm pelo menos semelhança com as de L. DEWART, *Die Zukunft des Glaubens*, Einsiedeln, 1968.

²² A frase de ROBINSON é citada por DÖRING da tradução alemã: *Fragwürdig-glaubwürdig*, München, 1968, 25.

²³ G. BAUM, *Das Zeugnis von der göttlichen Wirklichkeit*, em «Theologie im Umbruch», München, 1968, 100.

mencionar-se na Alemanha o nome de Halbfas²⁴. E como exemplo expressivo de tal mentalidade que se generaliza nesse país está o volume aparecido com o título «Zum Thema Jungfrauengeburt», onde estão reunidos estudos de diversos autores sobre o assunto. Embora nem todos se pronunciem com total decisão, nota-se aí habitualmente o tom negativo²⁵. Lattke, por exemplo, desenvolve a ideia de que a apresentação do Evangelho de Lc. sobre a concepção virginal é o resultado duma reflexão teológica e não dum facto histórico²⁶. Para O. Knoch, foi a crença de que Jesus era o Filho de Deus, filho unigénito, que levou a historicizar as narrativas da infância, onde Ele não tem Pai humano²⁷. Nisto concorda com J. Michl para quem a exegese crítico-histórica não pode resolver o problema de saber se a concepção virginal é facto histórico ou um «theologoumenon»²⁸.

Não devemos porém esquecer que, entre estes e outros autores que classificam a concepção virginal como um «theologoumenon», o grau de historicidade que lhe atribuem é diverso. É para todos, entretanto, objecto de apreciação crítica em moldes diversos dos que vêm da tradição.

Na América de língua inglesa, por uma coincidência curiosa, o problema da concepção virginal em Maria é levantado por uma mulher. É Rosemary Ruether. Defende como mais antiga e mais histórica a tradição da paternidade física de José e diz que a concepção virginal, no seu entender, não é mais do que um desenvolvimento posterior²⁹. Encontrou entretanto oposição imediata na mesma revista num artigo de A. J. Novak³⁰.

Já este ano outro autor americano, Raymond E. Brown, enfrentou o assunto, com grande preocupação de objectividade e mantendo uma posição moderada, bem de acordo aliás com as suas intenções ecuménicas³¹. Relaciona o problema com a autoridade do magistério e considera a concepção virginal como um caso

²⁴ H. HALBFAS, *Fundamentalkatechetik*, Patmos, 3.ª ed., 1970.

²⁵ *Zum Thema Jungfrauengeburt*, Stuttgart, 1970 (colectânea da colaboração de K. S. FRANK, R. KILIAN e outros).

²⁶ G. LATTKE, *ob. cit.* 88.

²⁷ *Ob. cit.* 58.

²⁸ Cfr. *Die Jungfrauengeburt im Neuen Testament*, «Mariologischen Studien» 4, 1969, 145-184.

²⁹ ROSEMARY RUETHER, *The Collision of History and Doctrine: The Brothers of Jesus and Virginity of Mary*, «Continuum» 7 (1969), 93-105.

³⁰ A. J. NOVAK, *The Virgin Birth: ad Ruether*, «Continuum», 7 (1969), 443-452.

³¹ Raymond E. BROWN, *The Virginal Conception of Jesus*, «Theological Studies» 33 (1972), 3-34.

fronteira na infalibilidade. Embora verifique ser doutrina constante do magistério ordinário, aceite pelo menos desde «o ano 200 até 1800», reconhece que não foi doutrina «examinada»³². O problema não lhe aparece com «evidência histórica» no início³³ e também do ponto de vista escriturístico não oferece maiores certezas. Promete mesmo um livro sobre as narrativas da infância, onde tratará desenvolvidamente o assunto³⁴.

Concluindo, diremos que este autor, embora pessoalmente pareça inclinar-se para a opinião tradicional, considera académicamente a questão em aberto, à espera de novos estudos.

Também em França, Evely vulgarizou as dúvidas ou negações a respeito da concepção virginal. Com o seu estilo pessoal, bastante ao serviço de ideias não originais, foi hábil divulgador no seu livro «L'évangile sans Mythes»³⁵. O seu pensamento quanto a este ponto é claro: trata-se de um mito que tem a sua origem na depreciação do sexual. Diz por exemplo em tom minimizante: «comme si la conjonction de Dieu et d'une femme était une manière plus convaincante d'exprimer l'Incarnation que l'union hypostatique du Verbe à un être lors de sa conception»³⁶.

Quem se exprime deste modo ignora ou parece ignorar totalmente a mentalidade bíblica, pois tal ideia de união de Deus com uma mulher, que aparece nas grosseiras fábulas pagãs, é inteiramente estranha à Bíblia³⁷. As narrações de Mt. e de Lc. e bem assim a tradição constante a respeito da Encarnação nem de longe permitem sugerir uma intervenção de Deus na geração de Cristo à maneira de homem. A metáfora castíssima usada por Lc. 1, 35 sugere-nos mais a manifestação da presença de Deus sobre o Tabernáculo e depois sobre a Arca da Aliança (Ex. 40, 35; Num. 9, 22). E a acção do Espírito Santo sobre Maria, comum aos dois evangelistas, faz supor um abstracto cultural e religioso que deve ter raízes no Antigo Testamento, onde se fala da acção criadora do espírito de Deus no mundo³⁸.

³² *Art. cit.*, 12-13.

³³ Assim se exprime no *Art. cit.* p. 23: «Certainly, therefore, the problem cannot be settled on the basis of the early historical evidence».

³⁴ *Ibidem.*

³⁵ L. EVELY, *L'évangile sans Mythes*, Paris, 1970.

³⁶ *Ob. cit.* 88.

³⁷ Já em 1940 M. S. ENSLIN escrevia muito judiciosamente: «There is no similarity at all between these chaste and beautiful stories of modest virgin and the grosse and vulgar tales which alleged as parallels», *Journal of Biblical Literature* 59 (1940), 324-325.

³⁸ Cfr. A. PAUL, *L'évangile de l'enfance selon S. Mathieu*, Paris, 1968, 81-88; C. K. BARRET, *The Holy Spirit and the Gospel Tradition*, 2.^a ed. London, 1966, 9. A. A. TAVARES, *Da Mariologia à Cristologia (Mt. 1, 25)*, Lisboa, 1972, 205-210.

Os nomes dos teólogos ou exegetas que acabamos de apontar, pelo seu número e, nalguns casos, pela sua notoriedade, permitem-nos realmente dizer que a doutrina da concepção virginal é actualmente objecto de particular atenção e estudo. Digamos mesmo que está posta em questão.

Podemos distinguir como ideias fundamentais que intervêm nesta «crise» as seguintes:

A — *De carácter dogmático*

1.º — Provém da cristologia: *a)* é um aspecto da divinização de Jesus pelo nascimento fora das leis normais; *b)* surgiu em fase tardia da evolução cristológica; *c)* é maneira popular de falar de Cristo-Deus, em oposição à cristologia erudita de Paulo e de João.

2.º — Não é dogma: *a)* a formulação da Igreja, sendo autoritativa, não pretende ser a última palavra; *b)* entraram no Magistério pressupostos e condicionalismos que importa examinar; *c)* o critério do «Sitz im Leben» tem de ter-se em conta na interpretação da Escritura e também do Magistério; *d)* interferiram na elaboração desta doutrina ideias arcaicas e obsoletas que vão destruir totalmente a historicidade, tais como: o menosprezo pelo sexo, ligação errada da libido com o pecado original; oposição entre Deus e o homem, como se fosse menos «filho de Deus» por ser filho também dum varão; *e)* não há significado vital desta doutrina para o homem de hoje; *f)* a dignidade da Mãe de Jesus não fica diminuída, mas até exaltada na sua maternidade que, sendo igual à das outras mulheres, é diferente pela grandeza da missão e natureza do Filho.

B — *De carácter bíblico*

1.º — Género literário: *a)* tanto a narração de Mt. como a de Lc., na chamada pré-história dos Evangelhos, dão mais a impressão de poesia do que de história; *b)* procuram-se semelhanças com relatos de nascimento de heróis extrabíblicos e sobretudo paralelismos em narrativas do Antigo Testamento; *c)* preocupação de actualização das Escrituras, difundida num género literário à maneira hagádica.

2.º — Intenção dos Evangelistas: procuram-se raízes da sua mentalidade mítica no Egipto, na Grécia e em Israel, para expressarem de maneira poética a filiação divina. Não teriam, por conseguinte, qualquer intenção de relatar um acontecimento histórico no sentido literal e biológico, mas, em linguagem mítica e imagi-

nativa, dão-nos símbolos do aspecto sobre-humano de Jesus, em Quem meditam à luz da Sua Ressurreição.

Esta visão panorâmica deixa certamente a impressão de que foi aberta uma brecha na fortaleza que parecia inexpugnável, mas não poderemos concluir daqui por uma atitude negativa generalizada. Não poderá dizer-se que a maioria dos teólogos e exegetas de renome neguem definitivamente a concepção virginal. Muitos nem admitem dúvidas sérias a tal respeito. Alguns que recentemente têm estudado o assunto e analisam criteriosamente os motivos de dúvida acima referenciados chegam a conclusões bem mais positivas. Recordem-se, a título de exemplo, só na Alemanha os nomes de K. Rahner, Schnackenburg, Schmaus, Ratzinger, Schürmann³⁹. A questão é certamente delicada, quer considerada globalmente quer nos seus aspectos pormenorizados, quer ainda na repercussão que pode ter no conjunto da doutrina católica. Não é nosso propósito analisar, neste momento, o problema em toda a sua amplitude e profundidade e nas suas incidências lógicas. Voltaremos ao assunto, estudando especialmente os textos bíblicos e, de modo particular, o relato mateiano. É que a doutrina da concepção virginal provém com toda a probabilidade dos Evangelhos de Mt. e de Lc. Pelo menos não é clara outra fonte de procedência. Parece-nos por isso que o problema terá de situar-se antes de tudo, embora não exclusivamente, na Escritura⁴⁰.

Certamente que as nossas posições mentais nos induzem quase subconscientemente a estruturar uma argumentação conducente a determinado fim. De facto, uma rígida isenção científica, ainda que voluntariamente querida, não é fácil nesta questão. Mas deseja-se absolutamente, por espírito de autenticidade científica.

³⁹ Destes autores, referem-se apenas alguns estudos mais recentes e representativos acerca do nosso assunto: K. RAHNER, *Dogmatisch Bemerkungen zur Jungfrauengeburt*, in «Zum Thema: Jungfrauengeburt», Stuttgart, 1970, 122-158; R. SCHNACKENBURG, *Konkrete Fragen an den Dogmatiker aus der heutigen exegetischer Diskussion*, «Catholica» 21 (1967), 12-27; IDEM, *Die Geburt Christi ohne Mythos und Legend*, Mainz, 1969; M. SCHMAUS, *Dogmatik und Exegese zur Jungfrauengeburt*, em «Jungfrauengeburt gestern und heute», Essen, 1969, 215-233; J. RATZINGER, *Einführung in das Christentum*, München 1968, 22-230; H. SCHÜRMAN, *Aufbau, Eigenart und Geschichtswert der Vorgeschichte von Lukas 1-2*, em «Bibel und Kirche» 4 (1966), 106-111; IDEM, *Das Lukas-Evangelium, Kommentar zu Kap. 1, 1-9*, 50, em Herders Theologischer Kommentar zum Neuen Testament», Herder, 1969.

⁴⁰ Ao situarmos a questão em primeiro lugar na Escritura, sublinhamos a importância da historicidade, sem diminuirmos o valor que tem no caso uma sã aplicação da criteriologia dogmática. Dependerá daí fundamentalmente a resposta ao problema que se poderia pôr nestes termos para os que «crêem» na virgindade da Mãe de Jesus: será necessário distinguir em Maria a «mãe» segundo a história da «virgem» segundo a fé?

Sem pretendermos de momento avançar, reconheçamos entretanto que a historicidade dos relatos da pré-história dos Evangelhos aparece notoriamente com características de menor segurança histórica do que os relatos da vida pública. Será mesmo de admitir uma forte intenção apologética nos dois evangelistas que falam da virgindade de Maria. Teremos por isso de lhe negar toda a historicidade? Formulamos ainda estas singelas perguntas: uma reflexão teológica da primitiva Igreja, para não falarmos de «comunidade», será necessariamente a-histórica? Será de admitir um erro tão generalizado e constante na Igreja dos séculos que se seguiram, Ela que é assistida pelo Espírito Santo? Aonde poderemos chegar, se aplicarmos métodos semelhantes a outros pontos, que entram certamente no Credo católico, tais como a divindade de Cristo ou a Ressurreição? Se reduzirmos todas as verdades da fé às dimensões da razão humana, continuará Deus a ser maior que o homem?

Se chegarmos à conclusão de que a concepção virginal terá de rejeitar-se, certamente que também a virgindade no parto e depois do parto deixarão de ter significado especial. Não será por isso que todo o edifício da Teologia fica abalado, mas será a metodologia usada que poderá fazê-lo estremecer.

A. A. TAVARES